

O PÚBLICO E O PRIVADO NAS REVISTAS VOZES E ANHEMBI NAS DÉCADAS DE 1950 E 1960

Me. Darciel Pasinato

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Dr. José Edimar de Souza

Universidade de Caxias do Sul

RESUMO: A pesquisa tem como temática os conceitos de público e privado presentes em um periódico, ou seja, nas *Revistas Vozes e Anhembi* nas décadas de 1950 e 1960. Nesse sentido, o objetivo geral é aprofundar os embates entre os defensores da escola pública e os da escola privada, sob o ponto de vista das *Revistas Vozes e Anhembi*. O problema do artigo busca responder a uma questão central: qual a concepção de público e privado presente nas páginas das *Revistas Vozes e Anhembi*? A pesquisa é de natureza

bibliográfica-documental. Utilizamos como fontes de pesquisa, livros, dissertações, artigos em periódicos e as fontes documentais: artigos das *Revistas*. Destaca-se nos resultados a discussão que o contexto das décadas de 1950 e 1960 estabelece, especialmente, sobre a função da educação para o desenvolvimento do “progresso”, se pública ou privada, se do Estado ou da família.

PALAVRAS-CHAVE: Público; Privado; *Revistas Vozes e Anhembi*.

THE PUBLIC AND THE PRIVATE IN THE VOZES AND ANHEMBI MAGAZINE IN THE 1950s AND 1960s

ABSTRACT: The research has as subjects the concepts of public and private present in a periodical, that is to say, in the *Voices and Anhembi Magazines* in the 1950s and 1960s. In this sense, the general objective is to deepen the clashes between the defenders of the public school and those of the private school, from the point of view of the *Revistas Vozes and Anhembi*. The problem of the article seeks to answer a central question: what is the conception of public and private present in the pages of *Revistas Vozes and Anhembi*? The research is of bibliographic-documentary nature.

We use as sources of research, books, dissertations, articles in periodicals and the documentary sources: articles of the *Magazines*. It highlights the results of the discussion that the context of the 1950s and 1960s establishes, in particular, the role of education in the development of "progress", whether public or private, whether of the state or the Family.

KEYWORDS: Public; Private; *Voices and Anhembi Magazines*.



1 INTRODUÇÃO

O debate entre o público¹ e o privado² refletiu parte dos jogos de forças que até então compunham a sociedade e teve um papel ativo na configuração escolar que se seguiu a partir da década de 1950. Nesse contexto, o papel do Estado na superação do subdesenvolvimento e dos caminhos para tal tarefa, na visão de muitos atores sociais, a educação era um tema estratégico para a construção da nação nesse período.

Tanto o conceito de público, como o conceito de privado aplicam-se em diversas situações, sociais, culturais e políticas. Um dos significados de público e privado tem como origem “[...] o modelo da economia liberal, que associa a divisão público-privado à distinção entre Estado e mercado”. (CORREIA, 2015, p. 30). Essa definição constituiu, desde o início, um termo do liberalismo, traduzindo a necessidade de regular as relações entre Estado, economia e população.

Na atualidade a família é uma área contígua da dimensão privada e da dimensão pública. Apesar de que seja dada a responsabilidade à família para o sustento dos membros que dela fazem parte, o poder público determina também, por intermédio das suas políticas, as ações a serem realizadas. Por exemplo, a educação que os pais dão aos seus filhos é um assunto da vida privada, contudo se os pais não mandam os filhos à escola, o Estado hoje intercede na educação das crianças, através das suas políticas públicas. Por isso, aquilo que antes era um assunto privado passou a ser algo que pertence ao âmbito privado e público.

Ao abordarmos a questão do público e do privado é preciso contextualizar os periódicos que fazem emergir a empiria analisada, ou seja, as Revistas: *Vozes e Anhembi*.



Em 1907, Frei Inácio Hinte decidiu criar uma revista católica, iniciando a produção da *Revista Vozes*, cuja periodicidade era mensal, e organizada em três seções: *Artigos*, *Ideias e Fatos* e *Bibliografia*. Em *Artigos*, eram publicados textos sobre temas da “atualidade” (política nacional e internacional, economia, educação, entre outros). Já a seção *Ideias e Fatos*, tinha como objetivo analisar e comentar a conjuntura e nela eram publicados manifestos e polêmicas. Por fim, a seção *Bibliografia* comportava resenhas de textos e livros publicados nesse período. A *Revista Vozes* foi publicada até 2003, quando deixa de ser editada por motivos financeiros.

A *Revista Anhembi*, por sua vez, foi criada por Paulo Duarte em 1950. Nasce como uma extensão do grupo que se articulava em torno do jornal *O Estado de S. Paulo*. O periódico abre espaço para o debate em torno da questão da escola pública brasileira. Sua publicação era mensal e o formato adotado consistia em um editorial assinado pela Revista, ou pelos colaboradores escolhidos, seguido de textos inéditos. A *Revista Anhembi* foi publicada até 1962.

O embate entre a *Revista Vozes* e a *Revista Anhembi*, entre 1958 e 1960, demarcou a diferença entre os intelectuais católicos e os intelectuais liberais. A publicidade e a repercussão do conflito podem ser analisadas a partir dos mecanismos utilizados pelos colaboradores desses periódicos para construir os traços distintivos “[...] entre ‘nós’ e os ‘outros’, dado que, as duas Revistas, desde seu surgimento apresentaram diferentes estratégias de legitimação e diferentes planos normativos de ação”. (MACHADO, 2009, p. 1933). Os dois periódicos emergiram e se fortaleceram em cenários diversificados pela configuração econômica, política e social e se confrontaram, quando passaram disputar o controle do campo intelectual nas décadas de 1950 e 1960.

O problema do artigo busca responder a uma questão central: qual a concepção de público e privado presente nas páginas das *Revistas Vozes* e *Anhembi*? O objetivo geral é aprofundar os embates entre os defensores da escola pública e da escola privada, sob o ponto de vista das *Revistas Vozes* e



Anhembi. Como objetivos específicos, contextualizar o debate entre as duas Revistas; analisar se a educação é função do estado ou da família e discutir as críticas entre católicos e liberais.

A pesquisa é de natureza bibliográfica³-documental⁴. Utilizamos como fontes de pesquisa, livros, dissertações, artigos em periódicos e as fontes documentais: artigos das Revistas. O artigo divide-se em três partes. Na primeira parte, contextualizamos o debate da questão do público e privado nas Revistas nas décadas de 1950 e 1960. Na segunda parte, analisamos se a educação nas *Revistas Vozes e Anhembi* é função do Estado ou da família. Por fim, a terceira e última parte, discutimos o confronto entre católicos e liberais, através dos dois impressos.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO DEBATE

Nessa parte, discutimos como surgiram as duas Revistas que serão a fonte da pesquisa documental de todo o artigo. Antes disso, é importante analisar, o contexto histórico, político e econômico das décadas de 1950 e 1960.

A partir de meados da década de 1950, durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) foi definido no Programa de Metas⁵, com uma definição nacional-desenvolvimentista⁶ na área econômica, consolidada através da produção teórica do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB⁷). Os resultados do Programa de Metas surpreenderam, principalmente no setor da indústria. “Em 1955 e 1961, o valor da produção industrial, descontada a inflação, cresceu em 80%, com altas porcentagens nas indústrias do aço (100%), mecânica (125%), de eletricidade e comunicação (380%) e de material de transporte (600%)”. (BARROS, 1999, p. 56). Contudo, JK enfrentou problemas nas áreas ligadas ao comércio exterior e as finanças do governo. Isso aconteceu, por causa dos gastos elevados para sustentar o programa de industrialização e a



construção de Brasília. “O déficit passou de menos de 1% do PIB em 1954 e 1955 para 2% em 1956 e 4% em 1957 e a inflação até 1959 foi de 39,5%”. (FAUSTO, 2004, p. 432).

No início de 1960, Jânio Quadros assume a Presidência da República, tendo João Goulart como vice-presidente. Quadros acaba se ocupando de assuntos sem muita importância em relação ao cargo que ocupava, como a proibição de lança-perfumes, do biquíni e das brigas de galo. Na área econômica, Quadros anuncia um plano para enfrentar os problemas herdados do governo de JK. Nas palavras de Fausto (2004, p. 440), “[...] o déficit do balanço de pagamento chegou a 410 milhões, a dívida externa era de 3,8 bilhões e o déficit orçamentário previsto para 1961 era de 100 bilhões de cruzeiros, cerca de um terço da receita prevista no exercício”. Diante dessa situação caótica, Jânio Quadros coloca fim ao seu governo, renunciando ao cargo de presidente da República.

Com a renúncia de Quadros, assume em seu lugar João Goulart, que dá início, em 1963 as chamadas reformas de base. No plano político, sustentava-se a necessidade de estender o direito ao voto a dois importantes segmentos: os analfabetos e as classes inferiores das Forças Armadas. Também, as reformas de base incluíam medidas nacionalistas, como a nacionalização de empresas concessionárias de serviço público, dos frigoríficos e da indústria farmacêutica e a extensão do monopólio da PETROBAS. Porém, com a perda de apoio do governo Goulart no Congresso Nacional, a aproximação entre inferiores das Forças Armadas e trabalhadores organizados, acaba contribuindo para que o alto comando das Forças Armadas, com o apoio dos empresários brasileiros e do governo norte-americano desse um golpe civil-militar, acabando com o governo de João Goulart em 1964.

Dos anos 1950 até 1960, o Brasil se destaca em dois segmentos. Na economia, através do processo de industrialização em curso, bem sucedido no país, e na política, mais complexa, materializada pela experiência de democracia



nos anos que JK foi presidente. Nesse período, a ascensão das classes populares, passa a exigir do Estado uma nova forma de gestar os conflitos de interesse. Juntamente com as novas categorias sociais, surgem intelectuais, que passam a defender uma educação voltada para a consolidação da sociedade urbano-industrial.

Em relação, a criação da *Revista Vozes*, em 1907, Frei Inácio Hinte⁸ decidiu criar uma revista católica, dando início a *Revista Vozes*, cujo objetivo era disseminar os ideais católicos no Brasil. Nos primeiros anos do periódico, foi publicado artigos de temas religiosos, poesia e questões que eram analisadas por intelectuais católicos. Até os anos 1940, a *Vozes de Petrópolis* foi a “única revista da elite intelectual católica”. Essa expressão se deve ao fato de que havia muitas divergências e ataques mútuos entre a *Revista Vozes* e a *Revista A Ordem*⁹, apesar das duas serem ligadas ao pensamento católico.

Em 1942, a *Editora Vozes* se reestrutura, assume novos estatutos, e cria a *Revista Eclesiástica Brasileira*¹⁰. Foi nesse momento que a *Revista Vozes* muda o nome para *Vozes – Revista Católica de Cultura*. A partir de janeiro de 1969, alterando o nome pela quarta vez, a Revista denomina-se *Revista de Cultura Vozes*. A partir de janeiro de 1993, ela passa a se chamar *Cultura Vozes*, mudando sua estrutura física, tamanho e formato, que vinha conservando desde sua fundação. Em 2003, a Revista deixa de ser editada por motivos financeiros.

A *Revista Vozes* nas décadas de 1950 e 1960, era publicada mensalmente, e organizada em três seções: *Artigos, Ideias e Fatos* e *Bibliografia*. Em *Artigos*, eram publicados textos, sobre temas da “atualidade” (política nacional e internacional, economia, educação, entre outros). Já a seção *Ideias e Fatos* tinha como objetivo analisar e comentar a conjuntura e nela eram publicados manifestos e polêmicas. Finalmente, a seção *Bibliografia* comportava resenhas de textos e livros publicados nessa época.



Entre 1956 e 1961, teremos o embate entre os defensores da escola pública e os defensores da escola privada, no período que Frei Aurélio Stulzer¹¹ estava à frente da *Revista Vozes*. Esse foi um dos momentos em que a Revista esteve mais aberta às discussões sobre a educação. No período de 1958 até 1961, a Revista passou a publicar artigos sobre o debate da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Observamos que a seção *Ideias e Fatos* era usada “[...] para responder às críticas que eram publicadas em outras fontes, como por exemplo, a *Revista Anhembi*”. (ASSIS, 2008, p. 47). Além da *Revista Anhembi*, outros meios de comunicação entraram no debate, como o jornal *O Estado de S. Paulo*¹², a *Revista A Ordem* e a *Revista Brasiliense*¹³.

Os colaboradores da *Revista Vozes* eram representantes de várias atividades profissionais. Eram clérigos, leigos, deputados, professores, advogados, jornalistas, entre outros. Esses colaboradores escreviam sobre vários assuntos, não se detendo apenas em um único tema. Sobre essa questão, temos que destacar três figuras importantes no debate sobre a LDB promovido na Revista, dedicando artigos sobre a educação: Evaristo Arns, Abelardo Ramos e João Camilo Torres. Personagens cujos posicionamentos, analisamos através de alguns de seus artigos.

A *Revista Anhembi*, por sua vez, foi criada por Paulo Duarte¹⁴ em 1950. Nascida como uma extensão do grupo que se articulava em torno do jornal *O Estado de S. Paulo*, ela abriu espaço para o debate da escola pública brasileira, atuando como um veículo de divulgação de um dos grupos que se formaram, a partir das polêmicas surgidas durante a tramitação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Paulo Duarte era presidente da Comissão Estadual de Defesa da Escola Pública, além de ser o criador da Revista, da qual foi diretor até 1962, ano que a Revista deixa de existir.



A publicação da Revista era mensal e o formato adotado consistia em um editorial assinado pela Revista, ou pelos colaboradores escolhidos, seguido de textos inéditos. De acordo com Machado (2009, p. 1936), as seções tinham como rubricas “Jornal de 30 dias’, ‘Livros de 30 dias’, ‘Teatro de 30 dias’, ‘Arte de 30 dias’, ‘Música de 30 dias’, ‘Cinema de 30 dias’ e, por fim, ‘Esporte de 30 dias’”, nas quais eram resenhados, comentados e divulgados os acontecimentos relativos àquelas áreas e, que haviam ocorridos nos últimos trinta dias, como diziam os títulos.

O posicionamento político de Paulo Duarte, assim como seu entendimento do papel da escola pública no Brasil, era próximo do jornal *O Estado de S. Paulo*. Embora Duarte se considerasse adepto de um “socialismo democrático”, acreditava que uma elite esclarecida deveria desempenhar um papel de liderança na condução do projeto nacional republicano, “[...] projeto nacional no qual a ideia de São Paulo como ‘locomotiva da nação’ ganhava importante relevo, postura que foi retomada quando dos debates educacionais”. (CARVALHO, 2006, p. 4). A preocupação de Duarte com a questão educacional, manifestada na *Revista Anhembi*, guardava fina sintonia com o seu diagnóstico da situação cultural que ele denominava de “massa”. Entendendo-a como “analfabeta”, “despreparada” e “desorientada”, a “massa” ficava “[...] à mercê de manipulações eleitorais do qual a eleição de políticos populistas era um exemplo”. (CARVALHO, 2006, p. 4).

A *Revista Anhembi* desenvolvia uma forte crítica aos apoiadores do projeto (Substitutivo Lacerda) na Câmara dos Deputados, tratados como “reacionários” ou “energúmenos”, nas palavras de Paulo Duarte. De acordo com Duarte, para enfrentá-los, era preciso “[...] educar as massas por meio de uma campanha de esclarecimento visando abrir-lhe ‘os olhos’ em vez de deixá-la à mercê da ação desatinada dos ‘fanáticos’, dos ‘cegos’”. (CARVALHO, 2006, p. 5). Essas ideias moviam a *Revista Anhembi* em sua participação na Campanha em Defesa da Escola Pública na década de 1960.



Outra questão que levava a *Revista Anhembi* a posicionar-se a favor da escola pública era sua forte oposição ao posicionamento dos representantes da Igreja Católica brasileira. Defensores do projeto apoiado no Congresso Nacional e manifestando suas posições através da *Revista Vozes*, pensadores católicos eram acusados de reacionários quanto ao seu posicionamento educacional. Assim, o papel da *Revista Anhembi* em favor da escola pública e seu envolvimento com a campanha desencadeada em sua defesa, dava-se a partir da concepção de que cabia ao Estado salvar as “massas” do obscurantismo. Era para salvar o país desse quadro “depauperado” e “esclarecer” as massas, que Paulo Duarte colocou sua Revista a serviço da causa da escola pública durante a campanha.

As acusações entre as *Revistas Vozes* e *Anhembi* são encontradas em artigos assinados ou nos editoriais das Revistas. Só para exemplificar, citamos as colunas “Ideias e Fatos”, da *Revista Vozes* e “Jornal 30 dias”, da *Revista Anhembi*. “Estas colunas se caracterizavam por divulgar notícias relevantes para a sociedade brasileira e são importantes, porque indicam as tomadas de posições frente ao debate nacional acerca da educação pública”. (MACHADO, 2009, p. 1936). Continuando, as discussões se manifestavam nas acusações da *Revista Anhembi* ao pensamento católico, e nas provocações, veiculados pelo opositor (*Revista Vozes*), à orientação comunista de Paulo Duarte.

3 AS REVISTAS VOZES E ANHEMBI E A EDUCAÇÃO, FUNÇÃO DO ESTADO OU DA FAMÍLIA?

Nessa parte, procuramos discutir um assunto que foi palco de grandes debates, em relação à educação, ser função do Estado ou da família? Para avançar nesse assunto, utilizamos artigos das *Revistas Vozes* e *Anhembi*, pelos quais muitos personagens, que eram intelectuais, educadores, clérigos, entre outros, colocaram seu ponto de vista.



Se as décadas de 1950 e 1960 presenciaram à crescente manifestação dos interesses privados no âmbito do legislativo, não se pode negar que o período foi marcado pela exaltação da dimensão pública da educação. Nesse sentido, Xavier (2003, p. 244) coloca que a educação passa a ser requerida “[...] como direito cívico, como meio de ascensão social, e ainda como instrumento indispensável ao desenvolvimento econômico e, portanto, como requisito para o progresso do país”.

É dentro do contexto geral, na esfera política, no posicionamento da Igreja Católica, na participação de diversos intelectuais, no bojo de um ambiente democrático, que ocorrem as discussões sobre a educação brasileira. Evidentemente, a *Revista Vozes* seguirá sua orientação, e será um dos principais palcos nessa luta de representações. É por isso, que defenderá o direito da família determinar o tipo de educação que melhor satisfaz às expectativas dos pais. Aí entra outra questão, o apoio financeiro do Estado para a escola privada. Sobre isso, Assis (2008, p. 62) coloca que, “[...] se a escola católica recebe o apoio e o incentivo total do Estado, em contrapartida, compete à escola que recebe tal apoio, a formação de jovens cidadãos comprometidos com suas funções cívicas, formar no amor à pátria, à família e principalmente à fé”.

A visão de educação, atribuindo a participação parcial, mas necessária, do Estado, a Igreja tendo o papel fundamental e a família, mais que o direito, o dever de educar na fé, no Brasil, tornou-se um terreno de muitos debates durante as décadas de 1950 e 1960, entre os defensores da escola privada. O que não podemos esquecer é que, apesar da separação entre Estado e Igreja desde a proclamação da República (1889), a Igreja não abandonou sua participação na educação oferecida pelo Estado. Lembremos como exemplo, que a disciplina de ensino religioso continuou sendo oferecida, apesar de não ser obrigatória.

Dando início ao debate, a *Revista Vozes* (1958a, p. 679), coloca em seu artigo *Declaração de Princípios*, que “[...] os legisladores do final da década de



1950, não podem nem mesmo definir a educação, pois esta, assim como o cultivo da terra, não é assunto de lei, mas sim da experiência e da ciência”. Seguindo o mesmo raciocínio, a *Revista Vozes* (1958a, p. 679) ressalta, que “[...] a lei estabelecerá os períodos de educação elementar, complementar, média ou secundária e superior e definirá os grandes tipos de educação, além de facultar a sua organização no âmbito oficial e na esfera particular”. Essa tese reforça que na verdade, quem defendia o monopólio da educação era a Igreja Católica, até porque, era a proprietária de muitas escolas (desde o período colonial com os padres jesuítas), principalmente do nível secundário e sua influência, também se estendia à escola pública com a cadeira de ensino religioso.

Na mesma direção, Evaristo Arns¹⁵, ferrenho defensor do ensino privado das décadas de 1950 e 1960, ressalta que Anísio Teixeira¹⁶ defendia a “educação obrigatória, gratuita e universal”, e esta só poderia ser ministrada pelo Estado. Daí ele levanta a seguinte questão: “[...] desde quando recebemos alguma coisa gratuita do Estado (no sentido de verba pública para a escola particular)? É pagamento indireto, distribuído por toda a comunidade, de forma que as classes menos favorecidas são beneficiadas”. (ARNS, 1958, p. 460). A partir desse momento, observamos que teve início uma campanha ferrenha contra Anísio Teixeira, nas páginas da *Revista Vozes* com o apoio da Igreja Católica.

A campanha contra Anísio Teixeira se espalhou pelo país. A questão central, como colocaram os Bispos do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, era que “[...] cabe à família o direito à educação. Colocar o Estado antes ou contra a educação da família é defender um totalitarismo pedagógico”. (REVISTA VOZES, 1958b, p. 449). No artigo *Em Defesa da Liberdade de Ensino*, a *Revista Vozes* (1958b, p. 450) defende, que “Anísio propugna uma inflação fascista do Estado, e não apenas a defesa dos direitos que o Estado tem em fundar escolas”. Em meio a todas estas acusações empreendidas pela Igreja Católica contra Anísio Teixeira, a instituição católica chegou a enviar uma carta ao presidente da República Juscelino Kubitschek, exigindo a demissão de Anísio Teixeira do



Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). Em contrapartida, intelectuais de todo o país se reuniram e fizeram um manifesto a favor do educador, que acabou permanecendo no cargo.

Podemos observar que o nome de Anísio Teixeira foi alvo constante de ataques dos colaboradores da *Revista Vozes*. Depois da proposta da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Teixeira é o mais citado. Atuando como o presidente do INEP, ele representava toda a equipe técnica responsável pelas propostas da LDB. Além disso, era atacado com frequência, por suas declarações públicas feitas em jornais e revistas, porque defendia a escola pública, gratuita e universal.

A tese dos católicos defendida pela *Revista Vozes*, através dos seus colaboradores, era do direito natural da família ser anterior ao Estado e que cabia a ela a “procriação” de filhos e sua educação. “É tese de direito positivo o reconhecimento da autoridade da família nas questões de educação”. (REVISTA VOZES 1958b, p. 452). Concluindo o raciocínio, o periódico (1958b, p. 452) coloca, que a “[...] experiência de todos os tempos tem provado à sociedade que a liberdade de ensino tem sido ambiente favorável à plena expansão da personalidade humana e a coação estatal tem produzido nesse particular abuso irreparável”.

Diante do que foi apresentado no parágrafo anterior, destacamos a questão da liberdade de ensino, que tanto a Igreja Católica e seus apoiadores defendiam. Na verdade, a Igreja temia que suas escolas fossem fiscalizadas pelo Estado, e que diante de eventuais irregularidades poderiam ser fechadas. Outra questão importante é em relação às verbas para educação. Imaginemos o Brasil da década de 1950, ainda com um analfabetismo elevado, precisando urgentemente investir na educação pública para impulsionar o desenvolvimento e melhorar a vida da população mais pobre, ainda precisar repartir as verbas com a iniciativa privada, sendo que, esta cobrava mensalidades de seus alunos para poderem estudar.



O Irmão José Otão¹⁷ (1958, p. 683), educador e defensor da escola privada, em seu artigo *Liberdade do Ensino*, defende que: “[...] os eternos inimigos da ordem, do progresso e da paz querem afogar as últimas esperanças do povo: exterminar as escolas particulares católicas e leigas e perseguir bispos e padres”. Para ele, tratava-se de um plano elaborado por inimigos da Igreja e da democracia. E conclui, que contra tudo isso, os Bispos do Brasil estavam atentos e desejavam o “bem estar espiritual e social dos brasileiros”.

Nessa mesma linha de pensamento, o professor João Camilo de Oliveira Torres¹⁸, em seu artigo *A Educação como Direito*, defendia que “[...] a Educação, numa sociedade democrática, apresenta-se como direito e como postulado à liberdade”. (TORRES, 1958, p. 643). A educação surgiria como um direito, pelo fato de não admitir à sociedade democrática distinções legais entre cidadãos, aos quais se oferecem as mesmas possibilidades abertas a todos. Essa universalidade do direito à instrução, constituía um resultado da elevação da dignidade humana por efeito do cristianismo. Na mesma direção, Torres (1958, p. 643) ressalta que “[...] quando se fala em direito popular e universal à educação, nenhum exemplo é melhor do que o dos claustros (mosteiros e conventos), dotados de todos os elementos essenciais, mas de alto teor cultural, e cujas portas estão abertas a todos sem distinção de classes”.

Outro defensor da escola privada que fez parte desse debate foi Tristão de Ataíde¹⁹. Importante defensor do ideário católico, em seu artigo *Subvenção à Escola Particular*, Ataíde argumentava que as verbas públicas para a escola particular não representavam um favor ou privilégio, mas sim um ato de justiça. E advertia “O Estado não tem o direito de se desinteressar da educação nacional, nem deve monopolizar essa educação”. (ATAÍDE, 1960, p. 777). Alegava que sem essas verbas, não seria possível organizar o ensino livre. “A função do Estado é promover e facilitar essa coexistência não apenas pacífica, mas harmoniosa e interdependente”. (ATAÍDE, 1960, p. 778).



Por outro lado, a *Revista Anhembi* tinha um posicionamento contrário a *Revista Vozes*, em relação à educação ser função do Estado ou da família. Iniciamos, com o debate da proposição aprovada pelo *IV Congresso dos Antigos Alunos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo*, em 1956, que se manifesta contrária tanto ao ensino religioso nas escolas públicas, quanto à subvenção por parte do Estado às escolas religiosas não gratuitas, e cria um novo capítulo na história de um problema cujas origens são mais remotas.

A *Revista Anhembi* (1957) publica artigo sobre o *Ensino de religião nas escolas oficiais*, no qual chamava a atenção sobre a deficiência das escolas públicas, tanto do ensino primário, quanto do ensino secundário no Brasil. Além disso, estava preocupada com a impossibilidade de poder estender a todos os jovens e crianças, os benefícios da instrução gratuita, patrocinada pelo poder público. Em relação a esse assunto, a *Revista Anhembi* (1957, p. 101) discute que, um Estado que não pode cumprir com uma de suas obrigações básicas não deve, “[...] dar-se ao luxo de contribuir com polpudas subvenções para a manutenção de escolas religiosas que cobram pelos seus cursos e ao alcance, portanto, apenas dos que desfrutam de situação econômica privilegiada”.

Por isso, de acordo com a *Revista Anhembi*, no artigo *Falam 83 bispos e 3 cardeais*, publicado em 1958, deve-se divergir da declaração de Goiânia, quando afirma que “educar é obra da família”. “Educar também é obra da família, isto sim, cuja função não é apenas ‘procriar’. Porque educar é função também da família, é função precípua do Estado”. (1958a, p. 70). E se educar for obra exclusiva da família, como afirmam os bispos de Goiânia, “[...] as famílias de outras religiões têm o direito de educar os seus filhos fora da seita católica”. (1958a, p. 71). Continua o periódico, que “[...] à Igreja Católica não cabe nenhum papel primordial e insubstituível na obra educativa; a Igreja Católica terá um papel auxiliar, porque o Estado não é religioso, é leigo, como não é materialista, é neutro”. (1958a, p. 71).



No final da década de 1950, a situação do analfabetismo no Brasil ainda era preocupante. O que era importante nesse momento, não era tirar a escola da jurisdição do Estado, ao contrário, era preciso moralizar os governos. Realmente, o empenho de Anísio Teixeira em relação à expansão, aperfeiçoamento e eficiência da escola pública não implicava em nenhuma restrição à escola particular. Destinava-se exclusivamente a baixar até chegar à zero a porcentagem do analfabetismo no Brasil.

Todo o esforço do ilustre educador sempre esteve voltado para a disseminação da escola primária gratuita e obrigatória, obrigatoriedade que não deve emanar somente da força e dever dos pais em assegurar ao filho os meios necessários para o mínimo de desenvolvimento humano, mas deve emanar também da imposição legal, porque os pais no Brasil são também mal-educados pelas mesmas razões da péssima organização de ensino que vigorava no Brasil desde um passado longínquo. (REVISTA ANHEMBI, 1958a, p. 71).

Sendo a educação fundamental para compreender e formar o homem, a *Revista Anhembi*, publica o artigo *Diretrizes e Bases da Educação*, em 1961. Na visão da Revista, não podia descuidar-se de prepará-lo para atuar na sociedade em que vive. A educação era uma “[...] técnica social suscetível de ser controlada e manipulada pelos grupos que detêm o poder”. (REVISTA ANHEMBI, 1961, p. 576). A formação de uma consciência educacional preocupada e voltada para os problemas reais da atividade educativa era particularmente, no Brasil, uma das questões cruciais com que se defronta a ordem democrática. Nesse aspecto,

[...] cabe à educação, de modo geral, a função importantíssima de promover o alargamento do horizonte intelectual do homem comum, oferecendo-lhe possibilidades de aplicação útil da sua capacidade de criação. Quando planejada e orientada para alvos democráticos, a educação engendra condições essenciais para a humanização do homem, na medida em que, valorizando-o socialmente, ela lhe proporciona a consciência da sua liberdade, a atualização da sua responsabilidade política. (REVISTA ANHEMBI, 1961, p. 577).



Por fim, o Brasil das décadas de 1950 e 1960 era um país que estava passando por mudanças na política, economia e educação. O sistema de ensino não estava em condições para atender às mínimas exigências de escolarização. Além disso, as oportunidades educacionais de ascensão social eram oferecidas como se fossem benefícios e não como direitos conquistados pelo homem livre. Era uma situação lamentável, porque os poderes públicos ainda diante de todas as campanhas realizadas, não enxergavam a importância da educação pública, gratuita e universal.

4 O CONFRONTO ENTRE CATÓLICOS E LIBERAIS

Na primeira parte dessa seção, discutimos as críticas feitas por católicos aos liberais nas páginas da *Revista Vozes*. Na segunda parte, debatemos as críticas dos liberais aos católicos, através do artigo *Solidariedades a Anísio Teixeira*, publicado em 1958, na *Revista Anhembi*. Para finalizar a discussão, analisamos questões pertinentes a esse debate, entre os educadores que defendiam a escola pública e os intelectuais vinculados a Igreja Católica, que defendiam a escola privada.

No início da década de 1960, João Antônio Cabral de Monlevade²⁰, importante defensor do ensino privado brasileiro, publica um artigo na *Revista Vozes*, intitulado *Inimigos da Liberdade de Ensino*, onde criticava a legislação do ensino no Brasil, mais especificamente, a Constituição Federal de 1946. Monlevade alegava na sua fala que o documento era:

[...] uma fonte de renda para muitos. Beneficia exageradamente catedráticos da escola pública de nível superior. Um catedrático parece incrível, tem dois, três, até quatro assistentes. E alguns, não só não dão aulas, mas nem sequer são orientadores no campo das pesquisas. Têm salários fixos, ganhos sem o cumprimento do dever, sem orientar as pesquisas e sem ministrar aulas. (1960, p. 696).



Na mesma fala, Monlevade (1960, p. 697) descreveu, que “[...] há muitos professores das escolas oficiais honestos a quem se deve respeito, outros deveriam modificar a vida ou perder os cargos”. A escola pública, segundo o autor, deixaria de ser uma fonte de renda para esse tipo de professor e se tornaria um ofício em benefício da educação da juventude.

Na conclusão do seu artigo, Monlevade (1960, p. 698) defendia, que “[...] neutra seria a escola que não informasse ou não ensinasse nenhuma doutrina, ou transmitisse todas da mesma maneira”. Na mesma fala, o autor acrescenta que os pais não cristãos que desejarem escola neutra têm direito à escola segundo sua convicção. “A criança que chega à escola é um complexo de tendências variadas de instintos bons e maus, de inteligência que nasce e de ignorância, de vontade que desperta e de paixões que se opõem”. (MONLEVADE, 1960, p. 698). Conclui dizendo, que colocar a questão escolar em sua verdadeira perspectiva é meio caminho andado para dar-lhe solução justa e aceitável para todos.

Outro defensor do ensino privado desse período analisado, Abelardo Ramos²¹, em seu artigo *Educação gratuita e o Estado*, destaca que a educação atuava como fator de integração dos seus membros e constituía o princípio dinâmico do aperfeiçoamento desses. Portanto, a liberdade de ensino era no ponto de vista do autor, a possibilidade de se exprimirem os tipos de educação que deveriam atender à diversidade dos grupos humanos. Ramos (1959, p. 490) conclui, que “[...] a escola tem de ser instituição com características assemelhadas à família e não à repartição pública”.

A Constituição Federal de 1946 garantia, que a educação deveria ser para todos. Segundo Ramos, era nisso que estava o interesse público, que “[...] não é atribuição do Estado ter um papel de educador único. Prova disso é, que a educação de cada aluno custa mais na escola pública do que na escola particular”. (1959, p. 493). Por fim, ao encerrar a sua fala, Ramos (1959, p. 493) coloca, que se o aluno recebesse do Estado à complementação, “[...] garantindo a



livre escolha, as escolas seriam de melhor qualidade e os pais poderiam recusar a educação de péssima qualidade, como atualmente o Estado oferece”.

Em outro artigo intitulado *O que defendemos*, Abelardo Ramos (1961, p. 5), argumenta, que “[...] o laicismo de Estado significa, na verdade, a separação obrigatória entre o poder político, concretizado no Estado, e os credos religiosos”. Porém, não significa a separação obrigatória entre a Nação e a Religião. Ramos (1961, p. 6) ressalta, que “[...] somente nos regimes totalitários a vontade da Nação é substituída pela da facção governamental”. O laicismo da escola significaria, na fala do autor, a separação “entre a Nação e a Fé, a separação entre o Homem e seu Criador”.

De acordo com Ramos, a separação obrigatória entre o Estado e a religião poderia acontecer, porém a separação entre a Nação e Deus seria impossível. Em relação ao laicismo do Estado, o autor coloca, que “[...] se revogado estiver o laicismo do Estado, se o Estado se intromete, por característica de função, no âmbito reservado à consciência, os próprios materialistas nos ordenam disputar o Estado religioso, em que se houvera transformado o Estado leigo”. (RAMOS, 1961, p. 8).

As manifestações de apoio e solidariedade a Anísio Teixeira, diante dos ataques que sofria nos meios de comunicação veiculados com a Igreja e os proprietários das escolas particulares, ocorriam com frequência. Por exemplo, professores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto, em manifesto dirigido a Anísio Teixeira, levaram sua solidariedade, nos seguintes termos:

[...] a atitude do clero católico indica em última análise uma reação contra a nova orientação do sistema educacional brasileiro, pois só agora o Brasil começa a entrar nas etapas decisivas da luta para vencer seu subdesenvolvimento, mediante a industrialização de sua economia, a urbanização de suas populações, a secularização do serviço público em sua cultura e a democratização de sua vida política, fatores de progresso nacional que permitem e exigem a educação popular. (BUFFA, 1979, p. 33).



A análise do trecho nos reporta ao Brasil da década de 1950, período do nacional desenvolvimentismo, onde é acelerado o processo de industrialização, financiado pelo capital internacional. Inicia-se um processo de urbanização, em que as pessoas começam a deixar o meio rural para trabalhar nas indústrias. Para isso, precisava-se preparar mão de obra qualificada, e isso aconteceria na escola. Nesse contexto, educadores liberais se colocaram ao lado da escola pública, ao passo que intelectuais conservadores se posicionaram a favor de escola privada.

Voltando à questão das solidariedades a Anísio Teixeira, a Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Congregação da Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio de Janeiro, também se manifestam solidárias a Anísio Teixeira. Porém, tomaremos como ponto de discussão, a Universidade de São Paulo, por meio de mensagem em apoio a Anísio Teixeira, enviada pela Faculdade de Filosofia, nesses termos:

Os professores da Faculdade de Filosofia sentem-se no dever de apresentar, ao eminente educador brasileiro, sua solidariedade de professores e democratas no momento em que o Episcopado Católico da Província de Porto Alegre contra ele representa ao Presidente da República, solicitando seu afastamento das altas funções que desempenha na administração federal do ensino. Todas as pessoas que conhecem a realidade do ensino no Brasil e as atividades de Anísio Teixeira podem atestar que nenhuma dessas acusações é verdadeira. É de todo sabido que a escola particular, confessional ou não, vem recebendo do Governo crescentes e substanciais verbas, em detrimento do ensino público, constitucionalmente obrigatório e gratuito em seus setores de base. Devemos ressaltar que a fiscalização do ensino privado pelos poderes públicos não logrou ainda fazer cumprir, pelas leis do país. Não pode ser por ninguém contestado que Anísio Teixeira é contra o monopólio da educação pelo Estado, é contra a escola única e é contra o sistema atual de administração escolar centralizado. (REVISTA ANHEMBI, 1958b, p. 536-537).

Esses mesmos setores da administração pública, segundo a *Revista Anhembi* juntamente com todos os educadores e professores conscientes, não podem deixar de ver que, no momento em que lançam as bases definitivas da industrialização do país, a estrutura do ensino secundário continua voltada, em



seus aspectos para ideais pedagógicos típicos de “nação colonial e retardatária”. Continuando a nota de apoio,

[...] reafirmamos nossa solidariedade a Anísio Teixeira nos generosos, constitucionais e patrióticos esforços em que empenham para equipar o país de um sistema de ensino público, universal, gratuito, eficiente, que será o mais poderoso instrumento social capaz de tornar realidade e experiência humanas as possibilidades democráticas construídas e permitidas pela industrialização. (REVISTA ANHEMBI, 1958b, p. 539).

Finalizando essa questão, “[...] a escola leiga ou pública não é materialista porque, sendo ela a escola de todos, é a única que não se torna instrumento de uma doutrina, igreja, partido ou ideologia”. (REVISTA ANHEMBI, 1958b, p. 539). A neutralidade e a objetividade da escola leiga ou pública, não impedem que qualquer de seus alunos abrace quaisquer valores definidos na formação de si mesmo. Por todos esses motivos, “[...] reivindicamos a extensão da escola pública, universal, gratuita, por ser a única acessível à maioria do povo, por ser a única capaz de assegurar a liberdade de consciência e por ser a mais indicada para atender às necessidades do progresso material e espiritual de todos os brasileiros”. (REVISTA ANHEMBI, 1958b, p. 539).

Constatamos que, ao tratar do embate ideológico sobre a educação brasileira, na década de 1950 e início da década de 1960, período que estava sendo discutida a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei n. 4.024/61, e mesmo as discussões realizadas logo após a sua promulgação, é possível constatar que os diferentes grupos de intelectuais tinham visões diferentes da educação e atribuíam a ela diversos objetivos, em função de interesses de classe. Nesse período, que discutimos ao longo do artigo, a educação surgia como uma instituição capaz de dar uma formação para o homem e através dessa, ajudaria a superar as dificuldades econômicas enfrentadas pela maioria da população.

A LDB de 1961 garantiu maior autonomia na medida que permitiu a descentralização administrativa e didático-pedagógica das partes formadoras do



sistema nacional de ensino. Contudo, no que diz respeito à distribuição de recursos, a LDB contemplou os interesses privados em detrimento dos interesses públicos pois, “[...] ao mesmo tempo que em definia que os recursos públicos seriam aplicados preferencialmente na manutenção e desenvolvimento do sistema público de ensino”. (XAVIER, 2003, p. 244). Do mesmo modo, a lei previa a concessão de recursos aos estabelecimentos privados na forma de bolsas de estudos, bem como a cooperação financeira da União com estados, municípios e a iniciativa privada na forma de subvenção, assistência técnica e financeira.

O reconhecimento da educação pública como direito de todos justificou as expectativas abertas pela concessão de bolsas de estudo mediante a restituição regulamentada por lei, possibilitando ao setor privado a oportunidade de expandir os negócios com o ensino, justificado pelo entendimento de que esse setor estaria arcando com uma responsabilidade que cabia ao setor público.

Apesar das divergências dos grupos, pode-se afirmar que esses grupos possuíam uma característica em comum: constituíam-se em propostas que viam a educação como um instrumento que poderia atuar de uma maneira significativa sobre os homens e a esfera social, provocando mudanças ou evitando-as, além de contribuir para o aperfeiçoamento da sociedade brasileira. Em outras palavras, boa parte dos educadores envolvidos nesse debate não percebiam que o problema educacional era uma manifestação no nível da escola, de vários problemas, que se localizavam no campo social, político e econômico.

Nesses termos, por maiores diferenças que esses grupos envolvidos na discussão demonstravam, as propostas sugeridas eram superficiais, porque na realidade não questionavam ou melhor, desconsideravam as relações materiais estabelecidas na sociedade. No grupo de intelectuais que defendia a escola pública, predominava a ideia de que a escola seria um fator para reduzir as diferenças existentes entre os indivíduos, até porque não existia entre eles, um posicionamento de análise que levasse em conta as determinações das relações



de produção. Por outro lado, para os intelectuais representantes da Igreja Católica, a escola privada seria o resgate das tradições católicas do passado, o que significaria a superação da crise moral. Já para os educadores liberais, a escola seria a chave da emancipação nacional, como era defendida nos anos 1930.

Dessa maneira, os grupos em conflito nas décadas de 1950 e 1960, elaboraram seus discursos de acordo com seus interesses de classe, procurando associar as ideias defendidas com os “interesses” da população brasileira. Portanto, a escola que se configurou ao longo desse debate e dos movimentos relacionados, não surgiu de um momento para outro, contudo, se constituiu em projetos de classe determinados pelas forças políticas envolvidas na discussão.

Ao longo das três últimas décadas, o sistema educacional e o cenário político e econômico do Brasil sofreram mudanças que realocaram a relação público-privado na agenda do debate educacional. Por um lado, estão as mudanças introduzidas nas estratégias de modernização do capitalismo brasileiro. Orientadas para um modelo de desenvolvimento aberto ao mercado internacional, essas modificações mantiveram, amplos segmentos da população afastados dos benefícios do desenvolvimento e levaram ao aumento da concentração de renda e riqueza. “Além disso, a crise da década de 1990 produziu restrições nos orçamentos públicos, afetando a destinação de verbas para a educação”. (BONAMINO, 2003, p. 254).

Por outro lado, está o processo de redemocratização da sociedade brasileira a partir de 1985, marco da elaboração da nova Constituição Federal em 1988 e da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB de 1996), que oportunizaram a retomada dos debates em torno da liberdade de ensino e de sua laicidade, e sobre o papel e financiamento do Estado na educação.



Promulgada em 1988, a Constituição Federal se refere à educação como direito de todos e dever do Estado e da família, que deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade (art. 205). O ensino deve ser ministrado com base no princípio de “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas”, na “coexistência de instituições públicas e privadas”. Em continuidade com as Constituições anteriores, o “direito de todos e dever do Estado”, continua dever da família, “o ensino é livre à iniciativa privada” (art. 209), desde que atenda a determinadas condições, e os recursos públicos podem ser destinados às modalidades não lucrativas da iniciativa privada em educação.

Na Constituição Federal de 1988, há outros fundamentos de favorecimento das instituições educacionais privadas. O art. 208 abre alternativas para que o Estado garanta a gratuidade do ensino básico nas escolas privadas, ao dispor que o dever do Estado com a educação se efetivará mediante garantia de ensino fundamental gratuito, incluindo também a progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio. As escolas privadas conseguiram ficar à margem de certos avanços constitucionais que “[...] reconhecidos apenas para o ensino público, como a valorização do magistério em termos trabalhistas e a gestão democrática da escola”. (BONAMINO, 2003, p. 257).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre o final da década de 1950 e início da década de 1960, duas importantes Revistas entraram em cena. De um lado, a *Revista Vozes* se tornou a voz da Igreja Católica e dos defensores do ensino privado. Defendia a educação privada, que seria a alternativa para superar problemas históricos do Brasil na visão, é claro, dos empresários do ensino privado, como o analfabetismo e, principalmente, o acesso e o direito de escolher a melhor escola, nesse caso, a escola privada.



Por outro lado, a *Revista Anhembi*, se tornou a voz de intelectuais que entram em cena para defender a escola pública de fato, como a verdadeira escola, que iria tornar o Brasil mais democrático, mais igualitário e, principalmente, daria oportunidade para toda a população poder estudar, garantindo uma educação pública de qualidade para todos. Na verdade, a escola defendida pelos dois grupos em conflito, destinava-se a adequar os indivíduos a determinados papéis no interior de uma sociedade desigual. Afinal, em uma sociedade marcada pelas relações capitalistas, a educação não deixa de ser uma “mercadoria”.

É preciso deixar claro, que as opiniões expressas nas páginas, tanto da *Revista Vozes*, quanto da *Revista Anhembi*, não fogem do que os editores também pensavam. Todos os artigos, antes de serem publicados, passavam pelas mãos dos redatores. Quando esses artigos eram publicados, não tratavam apenas da opinião do autor, mas do editor e de todo o grupo que naquele momento era por eles representado.

Outra questão, que devemos comentar em relação às Revistas é sobre o público alvo que elas atingiam. A *Revista Vozes* servia para disseminar as ideias católicas, entre integrantes do clero católico e, sobretudo, intelectuais que defendiam o posicionamento da Igreja Católica. Por outro, lado a *Revista Anhembi* tinha como público alvo a elite paulista e intelectuais que se posicionavam contra os ideias defendidos pela Igreja.

Por fim, nesse ambiente de discussão é que se deu o debate da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961. Os assuntos principais tratados nos artigos das Revistas dizem respeito ao embate entre os defensores das escolas públicas e os defensores das escolas privadas. Todas essas discussões eram possíveis graças ao ambiente em que o Brasil vivia nesse período. Após o fim do Estado Novo (1945), o Brasil entrou em um período democrático (1945-1964).



6 REFERÊNCIAS

ANDRADES, Marcelo Ferreira de (Coord.). **Editora Vozes: 100 anos de história**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

ARNS, Evaristo. O Brasil na defesa da liberdade de ensino. **Vozes**, Petrópolis, ano 52, p. 460-463, jun. 1958.

ASSIS, Paula Maria de. **A concepção de educação na Revista Vozes durante os debates da LDB (1956 a 1961)**: o período de Frei Aurélio Stulzer. 2008. 116f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

ATAÍDE, Tristão de. Subvenção à escola particular. **Vozes**, Petrópolis, ano 54, p. 777-778, out. 1960.

BARBOSA, Rita de Cássia Ribeiro. Ideologia do desenvolvimento e educação: de Kubitschek a João Goulart. In: **VII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas**, HISTEDBR. Campinas, Gráfica FE/UNICAMP, v. 1, p. 193-210, 2006.

BARROS, Edgar Luiz de. **O Brasil de 1945 a 1964**. São Paulo: Contexto, 1999.

BONAMINO, Alicia Maria. O público e o privado na educação brasileira: inovações e tendências a partir dos anos de 1980. **Revista brasileira de história da educação**, n. 5, p. 253-276, jan./jun. 2003.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BUFFA, Ester. **Ideologias em conflito**: escola pública e escola privada. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

CARVALHO, João do Prado Ferraz de. Periódicos e educação: a participação de jornais e revistas no debate sobre a escola pública brasileira nos anos 50/60. In: **IV Congresso Brasileiro de História da Educação**. Goiânia-GO, p. 1-9, 2006.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução: Ana Cristina Nasser. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 295-316.

CORREIA, Victor. A dicotomia público-privado. **Poliética**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 7-44, 2015.



ESQUINSANI, Rosimar Serena Siqueira. **Educação e ideologia**: o caso Anísio Teixeira. Passo Fundo: UPF, 2002.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12.ed. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2004.

GOMES, Marco Antônio de Oliveira. Vozes em defesa da ordem: o debate entre o público e o privado na educação (1945-1968). In: **VII Encontro de Pesquisa em Educação no Brasil**: Região Sudeste, Educação: Direito ou Serviço, Belo Horizonte, p. 1-23, 2005.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katál**. Florianópolis, v. 10, p. 37-45, 2007.

MACHADO, Valeria Floriano. Sobre a configuração intelectual no Brasil dos anos 1950: o embate entre as Revistas Vozes e Anhembi. In: **IV Congresso Internacional de História**. Maringá-PR, p. 1933-1942, 2009.

MONLEVADE, João Antônio Cabral de. Inimigos da liberdade de ensino. **Vozes**, Petrópolis, ano 54, p. 693-697, set. 1960.

MONLEVADE, João Antônio Cabral de. **O Plano Nacional de Educação no Senado**: estágio atual. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, 2013.

OLIVEIRA, Leonardo D'Ávila de. **Ordenar o espiritual**: letras e periodismo católico no Brasil (1928-1945). 2015. 642f. Tese (Doutorado em Literatura) – Programa de Pós-Graduação em Literatura, Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

OTÃO, José. Liberdade do ensino. **Vozes**, Petrópolis, ano 52, p. 681-683, set. 1958.

RAMOS, Abelardo. Educação gratuita e o Estado. **Vozes**, Petrópolis, ano 53, p. 481-498, jul. 1959.

RAMOS, Abelardo. O que defendemos. **Vozes**, Petrópolis, ano 55, p. 3-8, jan. 1961.

REIS, Egberto Pereira dos. **Os intelectuais da libertação e o intercâmbio educativo**: uma leitura gramsciana da Revista Eclesiástica Brasileira (1972-



1986). 2014. 244f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, 2014.

REVISTA ANHEMBI. Ensino de religião nas escolas oficiais. São Paulo, ano XXVI, p. 99-102, mar. 1957.

REVISTA ANHEMBI. Falam 83 bispos e 3 cardeais. São Paulo, ano XXXII, p. 66-78, set. 1958a.

REVISTA ANHEMBI. Solidariedades a Anísio Teixeira. São Paulo, ano XXI, p. 535-543, ag. 1958b.

REVISTA ANHEMBI. Diretrizes e Bases da Educação. São Paulo, ano XLI, p. 576-579, fev. 1961.

TANNÚS, Fabiana Vilela. **Vozes católicas sobre ensino superior**: a Revista de Cultura Vozes (1961-1969). 2008. 260f. Dissertação (Mestrado em Educação Superior) - Programa de Pós-Graduação em Educação Superior, Centro Universitário do Triângulo (UNITRI), 2008.

TORRES, João de Camilo de Oliveira. A educação como direito. **Vozes**, Petrópolis, ano 52, p. 641-645, set. 1958.

VOZES. Declaração de princípios. Petrópolis, ano 52, p. 679-680, set. 1958a.

VOZES. Em defesa da liberdade de ensino. Petrópolis, ano 52, p. 448-451, jun. 1958b.

XAVIER, Libânia Nacif. Oscilações do público e do privado na história da educação brasileira. **Revista brasileira de história da educação**, n. 5, p. 233-251, jan./jun. 2003.

¹ “A partir do século XVIII, a afirmação da sociedade civil perante o domínio estatal, é designada como esfera pública. Portanto, embora aquilo que é domínio do Estado seja designado com o conceito de público, a contraposição ao Estado é ela própria designada com o conceito de público. O espaço público teve origem na Europa Ocidental dos séculos XVII e XVIII, quando a burguesia começou a utilizar o espaço público para questionar o monopólio estatal da coisa pública, e o arbitrário do poder do Estado, fazendo as pessoas uso público da sua razão. No espaço público as pessoas podiam discutir, avaliar, e analisar as suas ideias, contrapondo-se ao poder público no sentido estatal.” (CORREIA, 2015, p. 23).

² “Existem diferentes aplicações do conceito de privado: a propriedade privada, as leis do mercado, o uso privado de um determinado bem, entre outros. Privado pode significar a titularidade particular, não estatal, resultando daí os conceitos de setor privado, propriedade privada, empresa privada, entre outros. Alguns desses conceitos têm a ver com a concepção



espacial de privacidade, mas a concepção espacial de privacidade não é sinônimo de propriedade privada”. (CORREIA, 2015, p. 24).

³ “A pesquisa bibliográfica tem sido utilizada com grande frequência em estudos exploratórios ou descritivos, casos em que o objeto de estudo é pouco estudado. A indicação para esse tipo de estudo relaciona-se ao fato da aproximação com o objeto ser dada a partir de fontes bibliográficas. Portanto, a pesquisa bibliográfica possibilita um amplo alcance de informações, além de permitir a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações, auxiliando na construção, ou na melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto”. (LIMA; MIOTO, 2007, p. 40).

⁴ “A pesquisa documental permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social. Além disso, graças ao documento, pode-se operar um corte longitudinal que favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de grupos, conceitos, mentalidades, entre outros, bem como o de sua gênese até os nossos dias. No plano metodológico, a análise documental apresenta algumas vantagens importantes. Trata-se de um método de coleta de dados que elimina, a eventualidade de qualquer influência, a ser exercida pela presença ou intervenção do pesquisador”. (CELLARD, 2008, p. 295).

⁵ “Abrangia 31 objetivos, distribuídos em seis grandes grupos: energia, transporte, alimentação, indústrias de base, educação e a construção de Brasília, chamada de meta-síntese”. (BARROS, 1999, p. 44).

⁶ “A expressão nacional-desenvolvimentista, em vez de nacionalismo, sintetiza uma política econômica que tratava de combinar o Estado, a empresa privada nacional e o capital estrangeiro para promover o desenvolvimento, com ênfase na industrialização. Sob esse aspecto, o governo JK renunciou os rumos da política econômica realizada”. (BARROS, 1999, p. 51).

⁷ “Criado em 1955, no âmbito do Ministério da Educação, e encontrando o seu auge no governo JK, o ISEB pretendia, dentro e a partir de um quadro econômico-político e social bem determinado do período em questão, contribuir para a formulação de uma ideologia estrutural e adequada à mobilização da sociedade brasileira para os esforços necessários à realização do projeto de desenvolvimento nacional”. (BARBOSA, 2006, p. 195).

⁸ “Além de fundador da Revista, foi o primeiro editor. Fazia dela sua tribuna, e por isso, era reverenciado”. (ANDRADES, 2001, p. 22).

⁹ Na década de 1920, o então arcebispo do Rio de Janeiro, D. Sebastião Lemme, liderou um movimento cujo objetivo era difundir o ideário cristão no país. Desse movimento surge a *Revista A Ordem*, em 1921, e o Centro Dom Vital, em 1922, ambos sob a direção de Jackson Figueiredo. *A Ordem* tinha como objetivo divulgar as concepções doutrinárias, políticas e filosóficas católicas e combater a indiferença e a oposição à Igreja. Muitos debates na Revista giravam em torno de críticas ao liberalismo, ao socialismo e às ideias renovadoras sobre educação e pedagogia. Entre os anos 1984 e 1988, o impresso passou por problemas financeiros, o que contribuiu para sua publicação ser interrompida. Na década seguinte, a publicação passou a ser em periodicidade anual devido a dificuldades financeiras, até 1990 quando a Revista deixa de existir. (OLIVEIRA, 2015).

¹⁰ A *Revista Eclesiástica Brasileira* (REB) vem sendo publicada desde 1941 até os dias atuais, sem interrupções e com periodicidade trimestral pela *Editores Vozes*. Fundada pelo Frei Thomás Borgmeier, a Revista durante sua administração (1941-1952) se consolidou como principal referência para o clero católico nacional. Suas primeiras publicações eram cartilhas para as escolas católicas, livros de ficção e romance, além de obras destinadas ao público católico. (REIS, 2014).

¹¹ “Inaugurou uma nova administração, em que predominava a Gestão Participativa, criando com isso um conselho editorial. A partir desse momento, tudo o que era publicado na Revista tinha que passar pelo conselho”. (TANNÚS, 2008, p. 146).

¹² “O jornal tradicionalmente esteve envolvido nas discussões relativas à escola pública brasileira desde sua fundação em 1875. Entendia o seu envolvimento como uma atualização da luta já



travada pelas melhores inteligências, que apaixonadas lutadoras em prol da libertação do país e ousadas propugnadoras do nosso progresso moral, foram sempre defensoras esclarecidas da escola pública. Ao cobrir eventos da campanha ou comentá-las em seus editoriais, o periódico deixa claro que não se trata de um tema qualquer. Na realidade, o jornal entendia a educação como um instrumento na construção de uma democracia liberal no país”. (CARVALHO, 2006, p. 2).

¹³ “A Revista foi criada em 1955, tendo Caio Prado Junior à sua frente. Tinha como propósito declarado de ser um espaço no qual se congregassem escritores e estudiosos de assuntos brasileiros interessados em examinar e debater os problemas econômicos, sociais e políticos do país, como afirmava em seu manifesto de fundação. Seguindo esse propósito, a Revista abriu espaço em suas edições para o debate sobre a questão da escola pública. A *Revista Brasiliense* pretendia ser uma referência importante no debate sobre a questão da escola pública. (CARVALHO, 2006, p. 6).

¹⁴ “Paulo Alfeu Junqueira Duarte foi um arqueólogo, jornalista e professor universitário. Foi professor de Pré-História na Universidade de São Paulo. Além disso, foi fundador da *Revista Anhembi* publicada em São Paulo entre 1950 e 1962. Esta Revista no período de sua existência, foi responsável pela publicação de diversos artigos em defesa da escola pública”. (CARVALHO, 2006, p. 4).

¹⁵ “Foi um frade franciscano, sacerdote católico brasileiro. Foi o quinto Arcebispo de São Paulo. Também, foi professor da Universidade Católica de Petrópolis”. (ASSIS, 2008, p. 50).

¹⁶ “Anísio Spínola Teixeira nasceu em Caetité na Bahia, em 12 de julho de 1900. Durante toda a sua vida foi um educador comprometido com a defesa da escola pública. Isso ficou claro, na década de 1930 e principalmente nas décadas de 1950 e 1960. Faleceu em 14 de março de 1971”. (ESQUINSANI, 2002, p. 122).

¹⁷ “Foi educador e Reitor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Na década de 1950, defendia a escola privada”. (ASSIS, 2008, p. 51).

¹⁸ “Foi professor, escritor, historiador e jornalista em Minas Gerais. Na década de 1950, foi um importante defensor da escola particular através da *Revista Vozes*”. (ASSIS, 2008, p. 50).

¹⁹ “Seu verdadeiro nome era Alceu Amoroso Lima. Mais tarde, adotou o pseudônimo de Tristão de Ataíde. Além disso, foi um crítico literário, professor, pensador, escritor e líder católico brasileiro. Tornou-se um líder da renovação católica no Brasil. Em 1941, participou da fundação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro”. (ASSIS, 2008, p. 51).

²⁰ “Consultor Legislativo aposentado do Senado Federal. Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas”. (MONLEVADE, 2013, p. 5).

²¹ “Foi um incansável defensor da escola privada nas décadas de 1950 e 1960. Foi um importante articulista da *Revista Vozes*. Numa das suas falas afirma o seguinte: Se a escola particular for aberta ao povo, é tão pública quanto à escola oficial”. (GOMES, 2005, p. 15).

Recebido em: 07/01/2018
Aprovado em: 04/10/2018

